

# Descrição semântico-pragmática de pressuposições: análise da expressão *de novo* em enunciados com operador de possibilidade

Marcos Goldnadel<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto de Letras– Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Porto Alegre – RS – Brazil

emegold@gmail.com

**Resumo.** *Este artigo apresenta uma análise das propriedades discursivas da expressão iterativa de novo, considerada um gatilho pressuposicional pelas teorias pragmáticas. Apresenta-se uma breve descrição semântica da expressão e uma descrição pragmática da propriedade considerada pressuposicional pela literatura especializada. Para tanto, consideram-se estados epistêmicos tornados manifestos pelos falantes em seus proferimentos, formalizados com o recurso do operador modal K, e um conjunto de passos subjacentes à inferência pragmática normalmente considerada pressuposição. O aparato formal proposto resulta em uma descrição do tipo de inferência abordado como um processo conversacional, diferenciando-se da maior parte das teorias atuais, que consideram pressuposição fenômeno convencional.*

**Abstract.** *The aim of this article is to present an analysis of the discursive properties of the iterative expression again, taken as a presuppositional trigger in current pragmatic theories. A brief semantic analysis of that expression is shown and, after that, a pragmatic description of the property taken as presuppositional by current literature is presented. In order to achieve that two aspects are considered: the epistemic states made manifest by the speakers in their utterances, formalized through the epistemic operator K, and the steps involved in the calculus of the pragmatic inference, which is usually considered presupposition. The formal device proposed has as a result the description of the intended inference as a conversational process, in contrast with most theories, in which presupposition is considered a matter of convention.*

**Palavras-chave:** pragmática; pressuposição; implicatura

## 1. Introdução

Desde Frege (1978)<sup>1</sup> e Russell (1905), responsáveis por levantar uma série de questões envolvendo o uso em linguagem verbal do que, mais tarde,

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em 1892.

convencionou-se chamar de *gatilhos pressuposicionais*, *pressuposições* passaram a ocupar um lugar de destaque nas discussões em Linguística e Filosofia da Linguagem. Somaram-se às descrições definidas e às orações adverbiais e adjetivas muitas outras expressões e construções<sup>2</sup> que parecem ser a sinalização, por parte dos falantes, de que determinados conteúdos veiculados em enunciados são mutuamente compartilhados<sup>3</sup> entre interlocutores nas trocas conversacionais. Essa intuição parece confirmada pelo fato de esses conteúdos serem imunes a determinados contextos lingüísticos canceladores de acarretamentos, como as sentenças com operador de negação, as sentenças com operador de possibilidade, as sentenças interrogativas e as sentenças condicionais, de que (1a-1d) são exemplos.

- (1a) Pedro não se casou.
- (1b) Pedro se casou?
- (1c) Talvez Pedro tenha se casado.
- (1d) Se Pedro se casou, então passou a lua de mel no Caribe.

Em todos esses casos, o juízo de que Pedro tenha se casado não é apresentado como um fato a ser aceito. Na sentença negativa (1a), o operador de negação tem o objetivo explícito de apresentar uma rejeição à idéia de que Pedro tenha se casado. Nas demais sentenças, a idéia de que Pedro tenha se casado aparece apenas como uma possibilidade, de modo que a sua utilização não compromete o enunciador com esse fato. Esse conjunto de contextos, batizado como família S de testes para pressuposições em Chierchia e Ginet (1990), no entanto, não é capaz de eliminar determinados juízos disparados por gatilhos pressuposicionais. É o que se pode observar nos exemplos (2a-2d).

- (2a) Pedro não se casou de novo.
- (2b) Pedro se casou de novo?
- (2c) Talvez Pedro tenha se casado de novo.
- (2d) Se Pedro se casou de novo, então passou a lua de mel no Caribe.

Em (2), observa-se a presença do gatilho *de novo*, uma expressão iterativa, responsável, neste caso, por disparar a idéia de que Pedro já tenha se casado anteriormente. Note-se que, em nenhum dos casos, essa idéia é ameaçada. Decorre desse comportamento dos conteúdos disparados por gatilhos a suposição – amplamente aceita e, até o momento, praticamente não questionada – de que são apresentados como compartilhados entre os interlocutores nas trocas conversacionais. Daí o nome *pressuposição lingüística*: aquilo que é apresentado (através de recurso lingüístico) como pré-existente à veiculação do enunciado. Nessa perspectiva, pressuposições são

---

<sup>2</sup> Encontra-se em Levinson (1983) uma lista exaustiva dos gatilhos identificados pela literatura.

<sup>3</sup> A distinção entre conteúdo compartilhado e conteúdo mutuamente compartilhado, que se deve a Stalnaker (1974), é contundentemente criticada em Sperber e Wilson (1986).

conteúdos, sob um certo aspecto, bastante estáveis em enunciados, uma vez que resistem à ação de recursos lingüísticos responsáveis pela eliminação de acarretamentos.

Nem sempre, no entanto, é possível verificar estabilidade em conteúdos disparados por gatilhos pressuposicionais, como demonstram as sentenças em (3).

(3a) Pedro não se casou de novo, porque ele não se casou antes.

(3b) Talvez Pedro tenha se casado de novo e talvez ele não tenha se casado antes.

(3c) Se Pedro se casou antes, então se casou de novo.

Em todos esses casos, uma pressuposição idealmente ativada por um gatilho deixa de figurar como uma pressuposição efetiva do enunciado. Para as abordagens formais que aderem ao princípio da composicionalidade, casos como esses têm grande importância. Se o sentido de um enunciado decorre do sentido de suas partes (e da sua organização), então, como explicar o fato de que as pressuposições do enunciado não sejam a soma das pressuposições disparadas pelos gatilhos que nele se encontram? De que forma as pressuposições idealmente disparadas pelos gatilhos compõem as pressuposições efetivas do enunciado? Esse problema, que tem merecido atenção permanente na literatura semântica e pragmática, recebeu o nome de *problema da projeção de pressuposições*.

Desde a década de 70, quando o *problema da projeção* foi reconhecido, diversos aparatos teóricos têm sido propostos para descrever formalmente, de modo preciso e adequado, o comportamento das pressuposições em enunciados. De um ponto de vista teórico mais geral, a avaliação da qualidade da contribuição dessas teorias – assim como, em Lingüística, a avaliação de qualquer teoria – está submetida à apreciação de dois critérios mais gerais: adequação descritiva e adequação explanatória.

Uma teoria é descritivamente adequada se, evidentemente, fornece os meios formais para a descrição precisa do conjunto de fenômenos ao qual dedica atenção. No caso das pressuposições, a adequação descritiva deve ser medida em relação à capacidade da teoria de espelhar a intuição dos falantes para as duas possibilidades: manutenção ou suspensão de pressupostos. Atualmente, são as teorias semântico-discursivas – Discourse Representation Theory<sup>4</sup> e File Change Semantics<sup>5</sup> – que se destacam por ostentar grande poder descritivo, qualificando-se para enfrentar os desafios em relação a muitos dos problemas remanescentes. Uma teoria que pretenda rivalizar com essas abordagens no aspecto descritivo precisa, além de oferecer descrições adequadas para uma quantidade significativa de exemplos, demonstrar a existência de casos com os quais as teorias correntes são, em princípio, incapazes de lidar.

---

<sup>4</sup> Em Sandt (1992), sugere-se, pela primeira vez, a possibilidade de utilizar a DRT, proposta por Kamp e Reyle (1993), para lidar com pressuposições. Geurts (1999), partindo dessa idéia, propõe uma sofisticada teoria para descrever a projeção de pressuposições.

<sup>5</sup> A File Change Semantics, proposta em Heim (1988), é utilizada por sua própria idealizadora para lidar com pressuposições, cf. Heim (1991). Kadmon (2001) apresenta uma convincente exposição da FCS como uma perspectiva adequada para descrever a projeção de pressuposições.

Adequação explanatória é um parâmetro de julgamento mais sutil. Sabe-se, por exemplo, que todo o empreendimento gerativista submete-se à exigência fundamental de idealizar um modelo que, além de apresentar uma descrição adequada dos dados, decorra da suposição de que a linguagem humana é biologicamente determinada. Nesse caso, o que explica a existência de sistemas lingüísticos de alta complexidade como as línguas humanas é a suposição de uma contraparte orgânica especializada para a fala. No âmbito da Pragmática, cabe lembrar a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson, para quem existe um princípio cognitivo mais geral, responsável pelos processos interpretativos humanos, que constitui o aspecto explanatório da teoria proposta pelos autores.

O problema com o aspecto explanatório das teorias semântico-discursivas reside no fato de que, para elas, a natureza dos gatilhos é considerada convencional. Ou seja, expressões iterativas, como *de novo*, *mais uma vez*; verbos aspectuais, como *parar*, *começar*, *continuar* e verbos factivos, como *lamentar* e *saber* (todos gatilhos pressupicionais) associam-se, de modo convencional, a pressuposições. Entretanto, diferentemente dos fenômenos decorrentes de convenções, pressuposições estão sujeitas a suspensões e cancelamentos, características que definem justamente os fenômenos conversacionais. A suposição de que pressuposição seja fenômeno convencional é uma estipulação sem motivação teórica mais geral, e vai de encontro à característica mais elementar das convenções: a estabilidade. Sendo assim, as teorias formais descritivamente mais atraentes da atualidade são questionáveis quanto à adequação explanatória. Na passagem a seguir<sup>6</sup>, Geurts chama a atenção, de forma clara, para essa questão, enfatizando que as teorias vigentes dedicam atenção à descrição de pressuposições, mas não se ocupam, da forma como deveriam, da explicação do fenômeno<sup>7</sup>.

Em resumo, assume-se que pressuposições são disparadas por certos itens lexicais e construções sintáticas. A esse respeito, eu vou continuar uma longa tradição, porque os teóricos da pressuposição têm estado mais interessados apenas em dois problemas: projeção e desaparecimento de pressuposição. Ambos os problemas requerem, para a sua formulação, que pressuposições surjam de uma forma ou outra, e quase todo mundo tem-se considerado satisfeito de tomar isso como certo. De fato, tem-se duvidado de que o problema relacionado à origem das pressuposições mereça alguma atenção séria. Gazdar (1979:126), por exemplo, considera que seja uma ‘tarefa teoricamente trivial’ especificar uma função que leve de palavras e tipos sintáticos a pressuposições. Eu mantenho que Gazdar está errado a respeito disso, e que a questão sobre a origem das pressuposições e a forma como são geradas merece investigação séria. E embora eu não tenha nada que se pareça com uma resposta completa para essa questão, o mínimo que eu posso fazer é tentar e mostrar que a questão é boa e difícil.

(Geurts, 1999, p. 29-30).

---

<sup>6</sup> Tradução minha.

<sup>7</sup> Grifos meus.

Este artigo pretende dar um passo na direção da constituição de uma teoria da pressuposição adequada do ponto de vista descritivo e explanatório. O objetivo é apresentar uma formalização que permita descrever a projeção de pressuposições sem abrir mão da busca de uma explicação para o fenômeno. A estratégia consiste em investigar a semântica dos gatilhos e avaliar sua interação com um conjunto de princípios pragmáticos mais gerais. O resultado é uma descrição adequada do fenômeno da projeção de pressuposições que integra dois níveis de análise: o semântico e o pragmático. No modelo proposto, não se supõe qualquer convenção pragmática associada a gatilhos, mas significados estáveis (semânticos) que integram cálculos pragmáticos responsáveis por inferências que têm sido tradicionalmente vistas como pressuposições. Sendo assim, a teoria proposta permite abrir mão da estipulação de que determinados itens lexicais estão associados, de forma convencional, conteúdos de natureza pragmática. Dessa forma, mantém-se uma desejável independência entre os níveis de análise, permitindo que se descreva, a partir da interação entre a semântica e a pragmática tipicamente constituídas, um conjunto significativo de fenômenos.

A abordagem proposta conta com os seguintes ingredientes: uma descrição semântica dos gatilhos (fundamentalmente, as relações de acarretamento que os gatilhos permitem identificar); uma descrição pragmática de enunciados contendo gatilhos, em que são identificados mecanismos inferenciais discursivos, característicos dos fenômenos conversacionais. Para a formalização do segundo componente são utilizados operadores epistêmicos, presentes em abordagens anteriores ((Gazdar 1979) e (Soames 1979, 1991)).

## 2. A semântica do gatilho *de novo*

Para ilustrar a proposta de descrição da projeção de pressuposições, apresenta-se a análise da expressão iterativa *de novo* em enunciados com operador de possibilidade. Expressões iterativas, como *de novo*, *mais uma vez*, bem como verbos aspectuais, como *parar*, *começar* e *continuar*, são o que Goldnadel (2004) caracteriza como expressões multiplicadoras de proposições. O acréscimo de *de novo* a uma sentença afirmativa tem como resultado produzir duas proposições: uma fazendo referência à realização de um evento em um momento mais anterior t1, outra fazendo referência à realização de um evento em um momento menos anterior t2. Sendo assim, a expressão *de novo* é um operador cuja ação destina-se a multiplicar representações proposicionais. Graças a essa semântica, pode-se dizer que uma sentença como (4a) recebe a representação semântica (4b).

(4a) Carlos caiu de novo.

(4b) [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]

Se a representação (4b) está correta, ou seja, se é a proposição expressa pela sentença (4a), então mantém, segundo a lógica subjacente ao operador &, as seguintes relações de acarretamento.

(5a) [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]  $\Rightarrow$  [Carlos caiu em t1]

(5b) [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]  $\Rightarrow$  [Carlos caiu em t2]

A descrição do valor semântico da expressão *de novo*, como se pode notar, é bastante simples. As relações de acarretamento que permite supor, no entanto, são de grande importância para a discussão da próxima seção, em que a manutenção de conteúdos normalmente considerados pressupostos em enunciados interrogativos é descrita em termos conversacionais.

### **3. A manutenção de pressuposições em enunciados com operador de possibilidade: convenção ou conversação?**

Para as teorias tradicionais sobre pressuposição, o acarretamento em (5a), apresentado a seguir em (7), é também uma pressuposição do enunciado (4a). Fundamenta essa análise o exame de enunciados como (6a)-(6c), em que o conteúdo apresentado em (7) permanece imune a contextos lingüísticos capazes de eliminar acarretamentos.

(6a) Carlos caiu de novo?

(6b) Talvez Carlos tenha caído de novo.

(6c) Se Carlos caiu de novo, vai ser desclassificado na competição.

(7) Carlos caiu em t1.

Pretendo demonstrar que (7) é uma implicação pragmática conversacional, e não convencional, como sustentam as teorias correntes. Para tanto, é preciso considerar que os falantes, em suas trocas conversacionais, podem tornar explícitos, a partir de suas manifestações verbais, seus estados de crenças em relação a determinados conteúdos (cf. (Gazdar 1979) e (Soames 1982)). É o que se observa em enunciados com operador de possibilidade, como (6b).

Um falante que enuncie (6b) torna manifesto estar no estado de crença (8a)<sup>8</sup>.

(8a) –  $K_f$  [Carlos caiu de novo] & –  $K_f$  [Carlos não caiu de novo]

(Que se lê da seguinte forma: O falante não sabe que Carlos caiu de novo e o falante não sabe que Carlos não caiu de novo)

(8a) é a representação do que (Goldnadel 2004) considera um estado epistêmico negativo. Estados epistêmicos negativos, ao contrário do que podem parecer, não são contradições. Todos estão em estados desse tipo em relação a um conjunto significativo de fatos. Se perguntado sobre a existência de vida fora da Terra, alguém pode dizer, sem

---

<sup>8</sup> A partir deste ponto, as representações pragmáticas passam a ser formalizadas com o recurso do operador epistêmico K (sabe). A letra “f”, subscrita ao operador, indica que a crença apresentada é do falante. Tanto a formalização proposta quanto a suposição teórica de que enunciados com operador de possibilidade disparam implicaturas do tipo (i)-(iv) abaixo encontram-se em (Gazdar, 1979). Para a descrição que proponho, assumo, com Gazdar, que a utilização de um operador de possibilidade dispara implicaturas de quantidade como as apresentadas a seguir.

(i)  $K_f$  [p] (O falante sabe que p)

(ii)  $K_f$  [- p] (O falante sabe que não é o caso que p)

(iii) –  $K_f$  [p] (O falante não sabe que p)

(iii) –  $K_f$  [- p] (O falante não sabe que não é o caso que p)

contradizer-se, que não sabe se há vida e não sabe se não há vida fora da terra. São os casos em que os falantes optam por adotar uma postura agnóstica em relação a determinado conteúdo, assumindo sua ignorância a seu respeito.

Considerando a representação semântica para (4a), deve-se admitir que (8a) equivale a (8b).

(8b) –  $K_f$  [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2] & –  $K_f$  – [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]<sup>9</sup>

As abordagens tradicionais asseveram que, ao proferir o enunciado (6b), o falante só pode não saber que Carlos caiu em t2, tendo de acreditar, em virtude do caráter convencional da expressão *de novo*, em uma queda sua anterior. É possível, no entanto, demonstrar que a manutenção do conteúdo expresso em (7) não se trata de uma questão de convenção. O fato é que não é possível enunciar (6b) e acreditar na falsidade de (7) mantendo-se consistente<sup>10</sup>. Para prová-lo, basta começar supondo que o falante creia na proposição contraditória de (7), ou seja, que creia na verdade de que Carlos não caiu em t1, o que está representado em (9).

(9)  $K_f$  [Carlos não caiu em t1]

Ora, trata-se, evidentemente, de um falante proficiente, que domina, portanto, a semântica de *de novo*. Sendo assim, está ciente dos acarretamentos (5a) e (5b). Neste caso, interessa observar o acarretamento (5a), repetido abaixo como (10).

(10) [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]  $\Rightarrow$  [Carlos caiu em t1]

É evidente, até mesmo para quem não estude Lógica, que a negação do conseqüente de (10) implica a negação do seu antecedente (lei da contraposição). Se o falante assumisse como crença sua a negação do conseqüente de (10), como sugere (9), então, por consistência, deveria assumir como crença sua a negação do antecedente, o que está formalizado em (11).

(11)  $K_f$  – [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]

A proposição em (11), no entanto, entra em contradição com o segundo conjunto de (8b), o estado epistêmico tornado manifesto pelo enunciador justamente pelo fato de ter proferido um enunciado com operador de possibilidade. Segue-se disso que um falante, ao perguntar (6a), não poderia saber que Carlos não caiu em t1. Se o soubesse, já saberia de antemão a resposta de sua pergunta, uma vez que o fato de Carlos não ter caído em t1 acarreta o fato de ele não ter caído de novo. Se soubesse que Carlos não caiu de novo, não teria, portanto, necessidade de questionar esse fato.

Com isso, demonstra-se que a suposição de que existe uma pressuposição convencionalmente associada à expressão *de novo* não é necessária. Basta reconhecer a semântica desse suposto gatilho e princípios conversacionais mais gerais<sup>11</sup> para que se

---

<sup>9</sup> É importante notar que, no segundo conjunto dessa representação, há duas negações.

<sup>10</sup> Um falante só pode ser consistente se não for contraditório.

<sup>11</sup> Neste caso, o princípio segundo o qual, ao realizar uma pergunta, o falante manifesta estar em um estado epistêmico negativo em relação ao seu conteúdo.

perceba que a efetividade de um evento precedente relacionada ao uso da expressão *de novo* decorre de mecanismos exclusivamente inferenciais, e não convencionais. Mais importante: é possível apresentar uma prova (do tipo dedução natural) capaz de derivar, de modo explícito, a conclusão desejada no caso em análise, aquela que seria, segundo as abordagens tradicionais, uma pressuposição do enunciado (6a). Ela é apresentada na figura (1)<sup>12</sup>.

1	$\neg K_f$ [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2] & $\neg K_f$ – [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]	S1: Repres. Pragm. para <i>Talvez Carlos tenha caído de novo</i> .
2	$K_f$ [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2] → [Carlos caiu em t1]	S2: Repres. pragm. para o conh. semânt. do falante
3	$K_f$ [Carlos não caiu em t1]	S3: Suposição pragmática a ser testada
4	$K_f$ – [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]	de 2 e 3 por modus tolens pragmático
5	$\neg K_f$ – [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]	de 1 por eliminação do &
6	$K_f$ – [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2] & $\neg K_f$ – [Carlos caiu em t1 & Carlos caiu em t2]	de 4 e 5 por introdução do &
7	$\neg K_f$ [Carlos não caiu em t1]	De 3 e 6 por Redução ao Absurdo

**Figura 1: Prova para inferência pragmática em enunciado com operador de possibilidade contendo o operador *de novo***

O que chama a atenção na prova apresentada na figura 1 é o fato de que se demonstra (12), o resultado presente na última linha do mecanismo de prova.

(12) –  $K_f$  [Carlos não caiu em t1]

A representação em (12), no entanto, não é ainda a que normalmente se consideraria a pressuposição do enunciado (6b). Espera-se como pressuposição a representação (13).

(13)  $K_f$  [Carlos caiu em t1]

A representação (13) não é um acarretamento de (12)<sup>13</sup>. Como, então, se pode chegar a (13) a partir de (12)? A resposta, mais uma vez, decorre da consideração de mecanismos inferenciais.

Um falante pode considerar seu interlocutor em um estado epistêmico negativo, como o apresentado em (8b), ou em um estado epistêmico positivo. Ao realizar uma pergunta, por exemplo, um falante, além de tornar manifesto um estado epistêmico negativo seu, indica acreditar que seu interlocutor esteja em um estado epistêmico

<sup>12</sup> No quadro 1, S1, S2 e S3, na terceira coluna, são a abreviatura para suposição 1, 2 e 3.

<sup>13</sup> O falante pode não saber que Carlos não tenha caído em t1 e, ao mesmo tempo, não saber que tenha caído em t1, caso em que se encontra em um estado ignorância em relação a uma queda precedente de Carlos.



positivo em relação ao conteúdo questionado. O falante que realiza a pergunta em (14), por exemplo, revela considerar seu interlocutor no estado epistêmico (15)<sup>14</sup>.

(14) Amigo: – O Antônio ronca?

Esposa de Antônio: – Sim.

(15)  $K_{ea}$  [Antônio ronca] V  $K_{ea}$  [Antônio não ronca]

(A esposa de Antônio sabe que Antônio ronca **ou** A esposa de Antônio sabe que Antônio não ronca)

A pergunta em (14) pode ser naturalmente realizada porque o falante tem razões suficientes para crer que uma esposa esteja em um estado epistêmico positivo em relação às características do sono de seu marido. Neste caso, tem razões suficientes para considerar que a esposa de Antônio esteja no estado epistêmico representado em (15).

Falantes, em suas trocas conversacionais, consideram-se em condições de supor estados epistêmicos positivos para seus interlocutores em relação a uma quantidade impressionante de conteúdos. Para todos eles, sentiriam-se autorizados a fazer uma pergunta, mesmo que jamais a realizassem. Essas suposições cumprem um papel fundamental no processo inferencial envolvido no cálculo de sentido dos enunciados proferidos.

No caso do enunciado (6b), muitas situações fariam supor que seu enunciador estivesse em um estado epistêmico positivo em relação a uma queda precedente de Carlos. Imagine-se, por exemplo, a seguinte situação. O enunciador está assistindo a uma luta de Carlos pela televisão e precisa sair da frente do aparelho para ir à cozinha. Ao escutar gritos da vizinhança (que provavelmente assiste à mesma luta), profere o enunciado (6b) para sua esposa. A esposa sabe que o falante assistia à luta desde o início, sendo manifesto para ela que o falante está no estado epistêmico (16).

(16)  $K_f$  [Carlos caiu em t1] V  $K_f$  [Carlos não caiu em t1]

É da consideração de que o falante esteja no estado epistêmico (16) em combinação com a inferência (12) que surge (13), normalmente considerada a pressuposição do enunciado (6b). O fato a ser notado é que o estado epistêmico (16) e a conclusão (12) compõem as premissas do silogismo disjuntivo (17).

(17)  $K_f$  [Carlos caiu em t1] V  $K_f$  [Carlos não caiu em t1]

–  $K_f$  [Carlos não caiu em t1]

---

$K_f$  [Carlos caiu em t1]

A conclusão de (17), apresentada isoladamente em (18), é uma inferência de caráter pragmático, cuja descrição parte do reconhecimento de outra inferência pragmática precedente e da representação dos estados epistêmicos supostos para o falante.

(18)  $K_f$  [Carlos caiu em t1]

---

<sup>14</sup> Em (15), as letras “ea” subscritas ao operador K estão por “esposa do Antônio”.

Uma objeção que se poderia fazer a essa solução seria assinalar que são, invariavelmente, conclusões como (18) que se inferem a partir de enunciados como (6b). Ou seja, como explicar o fato de que sempre seja necessário, para obter conclusões com estados epistêmicos afirmativos<sup>15</sup> como (18) – e não negativos, como (12) – supor estados epistêmicos positivos em relação ao conteúdo normalmente considerado pressuposto, como (16). A resposta é que nem sempre estados como (16) são supostos pelos interlocutores. São os casos em que a pressuposição, contrariamente ao que predizem as teorias convencionais dos gatilhos, não sobrevive, como ilustra o exemplo (19).

(19) (Contexto: Um grupo de amigos assiste à luta de Carlos. Entra no recinto um amigo, que começa a assistir à luta daquele ponto, e que sabe, como os demais, que, pelas regras do tipo de luta travada, uma segunda queda significa a derrota. Minutos depois de sua entrada, o Carlos cai e o juiz decreta a vitória do oponente de Carlos. Neste momento, o amigo que chegou depois profere o enunciado a seguir.)

Amigo que chegou no meio da luta: – Talvez o Carlos tenha caído de novo.

Note-se que, pelo contexto criado, é impossível supor que o enunciador de (19) saiba se Carlos teve ou se não teve uma queda anterior. Em casos como esse, é a inferência (12) que vale. E, de fato, deve-se supor que o falante, por não ter assistido à luta desde o início, esteja em um estado epistêmico negativo em relação a quedas precedentes de Carlos. Em qualquer dos casos, no entanto, uma coisa é certa: não se pode supor que o falante acredite, positivamente, que Carlos não caiu anteriormente, já que essa suposição gera uma contradição com o estado epistêmico produzido pela enunciado com operador de possibilidade. E é justamente isso que (12), a inferência que se obtém a partir da enunciação de (6b), expressa.

Exemplos como (19) lançam fortes dúvidas sobre qualquer teoria sobre pressuposições que pretenda defender um caráter convencional para os gatilhos. Os partidários da DRT, teoria que ostenta mecanismos descritivos sofisticados, não teriam qualquer solução a oferecer. Mesmo que considerassem a existência de um operador de possibilidade a criar uma sub-DRS, não teriam como explicar, nesse caso, o fato de que a pressuposição não se acomoda (em sua terminologia) na DRS mais alta, ou seja, em um nível discursivo superior ao da possibilidade<sup>16</sup>. Eis, portanto, um caso que, além de revelar maior adequação descritiva da teoria proposta neste trabalho, evidencia uma incapacidade descritiva das teorias concorrentes, que não decorre apenas da necessidade de realizar ajustes tópicos, mas de uma compreensão equivocada da natureza do fenômeno descrito.

---

<sup>15</sup> Um estado epistêmico afirmativo (cf. Goldnadel (1999)) é, diferentemente de estados epistêmicos positivos como (15) e (16), aquele que representa uma convicção do falante.

<sup>16</sup> Essa seria, por exemplo, a solução necessária segundo Geurts (1999), teoria que estipula ser preferível a acomodação ou a ligação (neste caso, seria a acomodação) da pressuposição na DRS mais alta.

#### 4. Conclusão

Pressuposições são motivo de intenso debate na literatura lingüística, tendo recebido tratamento tanto em abordagens de caráter semântico quanto de caráter pragmático. Em praticamente todas as abordagens, assume-se como fato inquestionável o caráter convencional dos gatilhos. Pouco se fez, no entanto, para descrever a semântica específica de cada gatilho, procurando identificar o modo como essa semântica interage com questões pragmáticas.

A solução descritiva deste trabalho insere-se em uma perspectiva distinta, que parte da análise semântica dos gatilhos, responsável pelo conteúdo normalmente considerado pressuposto, mas que avança na consideração de aspectos pragmáticos da conversação. Nessa perspectiva, a resistência de determinados conteúdos a determinados contextos lingüísticos resulta da combinação de aspectos semânticos dos gatilhos com aspectos pragmáticos da conversação, que exigem a consideração dos estados epistêmicos dos falantes. No presente trabalho, apresentou-se a descrição formal para o processo inferencial relacionado ao uso da expressão *de novo* em enunciados com operador de possibilidade (que servem para tornar manifesto determinado tipo de estado epistêmico do falante). A análise proposta, no entanto, não está limitada a enunciados desse tipo, estendendo-se de modo natural a enunciados interrogativos, condicionais e negativos.

Além disso, a descrição proposta lida naturalmente com os casos em que, apesar da presença de um suposto gatilho, a pressuposição não se efetiva, como se observa no exemplo (19). Não há teoria que atribua valor convencional aos gatilhos capaz de descrever adequadamente esses casos. A abordagem proposta neste trabalho lida naturalmente com esses exemplos, oferecendo um mecanismo de prova explícito e preciso em suas descrições.

Por fim, esta abordagem logra demonstrar que aquilo que a tradição se acostumou a chamar de pressuposição é um fenômeno que se encaixa perfeitamente dentro do conjunto dos fenômenos conversacionais. Essa constatação desfaz o mistério em torno de pressuposições, que, tendo sido tradicionalmente incluídas entre os fenômenos convencionais, apresentam todas as marcas registradas dos fenômenos conversacionais. Além de um ganho descritivo, portanto, essa mudança de perspectiva representa um ganho explanatório, uma vez que assegura a consistência desejável para a classificação dos fenômenos pragmáticos.

#### Referências

- CHIERCHIA, G.; MCCONNELL-GINET, S. *Meaning and grammar*. Massachussets: MIT, 1990.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978. p. 58-86.
- GAZDAR, G. *Pragmatics: Implicature, preesupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979.

- GEURTS, B. *Presuppositions and pronouns*. Amsterdam: Elsevier, 1999.
- GOLDNADEL, M. *Pressuposição radicalmente pragmática*. Porto Alegre, PUCRS, 2004.
- HEIM, I. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. New York: Garland, 1988.
- HEIM, I. On the projection problem for presuppositions. In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 397-405.
- KADMON, N. *Formal pragmatics*. Oxford, Blackwell, 2001.
- KAMP, H.; REYLE, U. *From discourse to logic*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- RUSSELL, B. On denoting. *Mind*, v14, p. 479-493, 1905.
- SANDT, R. *Presupposition projection as anaphora resolution*. *Journal of Semantics*, v.9, n. 4, p. 333-377, 1992.
- SOAMES, S. *A projection problem for speaker presuppositions*, *Linguistic Inquiry*, v. 10, n. 4, p. 623-666, 1979.
- SOAMES, S. How presuppositions are inherited: a solution to the projection problem. In: In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 428-470.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*, Oxford: Blackwell, 1986.
- STALNAKER, R. C. Pragmatic Presuppositions. In: *Semantics and Philosophy*. New York: New York U. Press, 1974. p. 197-213.